



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**PAULO ROBERTO GOMES DA SILVA**

**O SUICÍDIO COMO FORMA DE DIMINUIÇÃO DA POTÊNCIA  
DE AGIR E DO CONATUS.**

**FORTALEZA  
2025**

**PAULO ROBERTO GOMES DA SILVA**

**O SUICÍDIO COMO FORMA DE DIMINUIÇÃO DA POTÊNCIA  
DE AGIR E DO CONATUS.**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Filosofia .

Orientador: Prof. Dr. Kleber Carneiro Amora.

**FORTALEZA**

**2025**

**PAULO ROBERTO GOMES DA SILVA**

**O SUICÍDIO COMO FORMA DE DIMINUIÇÃO DA POTÊNCIA  
DE AGIR E DO CONATUS.**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Filosofia .

Aprovação em 19/01/2026.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Kleber Carneiro Amora (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Juliana Barros Sousa Lima

Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Kleber Carneiro Amora, pela excelente orientação.

A professora participante da Banca examinadora, Dra. Juliana, pelo tempo e pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos professores do departamento de filosofia da UFC, pelo empenho e dedicação ao ensino, em especial ao Dr. José Carlos Silva de Almeida, Dra. Ursula Anne Matheis, Dra. Deisemer Gorczewski e Joana D'Arc de Mesquita Borges (*in memoriam*).

Aos colegas da turma de graduação, pelas reflexões, críticas e debates em sala de aula.

Aos amigos e familiares sempre presentes no apoio caloroso e em especial a minha companheira de todas as horas, Jhanine Lima, por sua presença sempre serena e acolhedora.

## RESUMO

Este estudo apresenta o suicídio como forma de diminuição da potência de agir humana e do *conatus*; recorreremos ao filósofo Baruch de Spinoza, que, no desenvolvimento de sua ontologia, apresenta essas duas noções filosóficas. Sendo assim, a busca pelo tema proposto ocorreu durante minha atuação como psicólogo, o que me faz refletir sobre o grande número de pessoas acometidas por pensamentos e comportamentos suicidas. Isto posto, objetiva-se pesquisar a relação entre o suicídio e a diminuição da potência de agir humana e do *conatus* em Spinoza, expor uma análise da ontologia de Spinoza e de seus principais conceitos, evidenciar a visão do suicídio do filósofo, apresentar a noção de diminuição e aumento da potência humana e, por fim, explicar a importância do *conatus*. Spinoza trata a questão do suicídio como coação por causas exteriores, que afetaria a possibilidade de satisfação do desejo mais essencial. Já o *conatus* será essencial para compreender a relação do ser com os afetos; com isso, vamos explorar a relação entre a redução de potência de agir humana e o conceito de *conatus* na filosofia de Spinoza. O método de pesquisa utilizado foi o ensaio teórico, por entender que é a forma que melhor se enquadra com o objeto de pesquisa. A investigação consistiu no estudo e na análise da obra principal do autor, a *Ética*. Contudo, esta pesquisa contribuirá para compreender a relação entre as temáticas propostas, podendo, assim, colaborar para o campo do conhecimento.

**Palavras-chave:** Suicídio; Spinoza; *Conatus*; Potência de agir.

## ABSTRACT

This study presents suicide as a way of diminishing human potency of action and conatus. We refer to the philosopher Baruch Spinoza, who, in the development of his ontology, introduces these two philosophical notions. Thus, the search for the proposed theme occurred during my work as a psychologist, which makes me reflect on the large number of people afflicted by suicidal thoughts and behaviors. With this in mind, the objective is to research the relationship between suicide and the decrease of human potency of action and conatus in Spinoza, to present an analysis of Spinoza's ontology and its main concepts, to highlight the philosopher's view on suicide, to present the notion of the decrease and increase of human potency, and finally, to explain the importance of conatus. Spinoza addresses the issue of suicide as coercion by external causes, which would affect the possibility of satisfying the most essential desires. conatus will be essential for understanding the relationship of the being with affections; thus, we will explore the relationship between the reduction of human potency of action and the concept of conatus in Spinoza's philosophy. The research method used was a theoretical essay, as it is understood to be the form that best fits the research object. The investigation consisted of the study and analysis of the author's main work, Ethics. However, this research will contribute to understanding the relationship between the proposed themes, thus potentially collaborating with the field of knowledge.

**Keywords:** Suicide; Spinoza; Conatus; Potential for action.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2 O SUICÍDIO NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA: UMA REVISÃO PRELIMINAR.</b>	11
<b>2.1 A condenação do suicídio em Aristóteles</b> .....	11
<b>2.2 Os estoicos e a porta aberta</b> .....	12
<b>2.3 As noções de suicídio na antiguidade</b> .....	14
2.3.1 O valor da vida e da morte.....	14
<b>2.4 O suicídio na modernidade: Kant e Marx</b> .....	15
2.4.1 Immanuel Kant e a condenação do suicídio por dever moral.....	15
2.4.2 Karl Marx e o suicídio como sintoma da alienação social.....	17
2.4.3 Kant e Marx sobre o suicídio na modernidade.....	19
<b>3 BARUCH DE SPINOZA: VIDA, OBRA E OS PILARES DE SUA FILOSOFIA.</b>	20
<b>3.1 Vida e contexto de Baruch de Spinoza</b> .....	20
<b>3.2 Os pilares da filosofia de Spinoza: metafísica, Deus e Natureza</b> .....	21
3.2.1 Sobre o método geométrico.....	21
3.2.2 Substância, atributos e modos: a unidade do Ser.....	22
3.2.3 Determinismo e liberdade: a necessidade da natureza divina.....	23
3.2.4 Afetos, paixões e ações: o dinamismo da existência.....	24
3.2.5 Ideias adequadas e inadequadas: o conhecimento como caminho para a liberdade.....	26
<b>4 O CONATUS, O SUICÍDIO E A SOLUÇÃO EM SPINOZA</b> .....	29
<b>4.1 O conceito de <i>conatus</i> em Spinoza: a essência da perseverança no Ser.</b>	29
<b>4.2 O suicídio sob a ótica do <i>conatus</i>: uma impossibilidade direta</b> .....	31
<b>4.3 A solução em Spinoza: o caminho para a liberdade e a alegria</b> .....	33
<b>4.4 Uma breve consideração sobre o Tratado Teológico Político</b> .....	34
<b>5 CONCLUSÃO: A AFIRMAÇÃO DA VIDA EM SPINOZA</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	37

## 1. INTRODUÇÃO

O tema que propomos pesquisar é a relação do suicídio com a diminuição da potência de agir e do *conatus*; para tanto, recorreremos ao filósofo Baruch de Spinoza, que, no desenvolvimento de sua ontologia, nos apresenta a noção de *conatus* e diversas outras, que nos servirão para contextualizar e compreender o que o pensador infere sobre o suicídio. Com efeito, nos questionamos: seria o suicídio para a Spinoza a diminuição da potência de agir e do *conatus*, a ponto de tal indivíduo, ao não ver sentido na vida, se encarregar de dar um fim à sua própria vida?

Na Grécia antiga, nas tragédias de Sófocles, temos casos de suicídio. O famoso caso de Sócrates sendo condenado a tomar cicuta. No período romano, Sêneca e outros, em ambos os períodos históricos, têm relatos de autoaniquilamento como um ato de quem deseja preservar sua honra. O problema do suicídio é deveras complexo e encontra-se em diversas áreas de conhecimento, onde tem sido objeto de atenção de diversos filósofos e pensadores importantes como Agostinho, Spinoza, Deleuze, Kafka, Camus, Rousseau, Dante, Goethe, Dostoievski, Hume, Schopenhauer e Marx (ANDRE, 2017).

Precisamente, Émile Durkheim, um dos pioneiros da sociologia, dedicou uma obra notável, *O Suicídio: estudo de sociologia (1897)*, à análise sociológica desse fenômeno social. Durkheim (2000) categoriza o suicídio em tipos distintos (egoístas, altruístas e anômicos) e explora as influências sociais que contribuem para taxas variadas de suicídio em diferentes comunidades.

Em *O Mito de Sísifo*, o filósofo existencialista Albert Camus aborda a questão do suicídio ao discutir o absurdo da existência humana. Ele explora como a consciência da própria mortalidade pode levar à tentação de escapar da vida através do suicídio, mas também destaca a importância de confrontar o absurdo e encontrar significado na própria existência.

Sendo assim, no entendimento de Camus (2018, p.19), "Só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio. Julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder à pergunta fundamental da filosofia.", portanto, seria dever da filosofia tratar o suicídio como problema central, uma vez que outras áreas do conhecimento não conseguirão alcançar a questão do sentido da vida.

Podemos pensar uma psicologia positiva de afirmação da vida em Spinoza, não uma psicologia positiva nos moldes da psicologia positiva de matriz norte-americana que tem como referência o psicólogo Martin Seligman. Mesmo os autores dessa corrente reconhecem carecer de um rigor teórico e ético daqueles que se apropriam dos conceitos ora produzidos.

Para Reppold et al. (2019, p.337):

Temas de interesse à Psicologia Positiva, como felicidade, bem-estar, gratidão, florescimento, resiliência, autorregulação e inteligência emocional, por exemplo, foram, por vezes, encapados em livros de autoajuda e práticas de desenvolvimento pessoal ou coaching. Embora essas publicações e práticas muitas vezes se utilizem de referências e conceitos científicos, observa-se que suas discussões geralmente são apresentadas de forma prescritiva e não há preocupação com o desenvolvimento de estudos que avaliem sua validade. Além disso, em alguns casos, são realizadas por pessoas sem formação, pouco interessadas em evidências científicas e/ou que desconsideram eventuais efeitos negativos das práticas ou a necessidade de contextualizá-las.

O ser humano contemporâneo vive dependente de um modo de viver dos utensílios. A cada dia, acreditando mais e mais que necessitam de coisas ou de certas coisas para satisfazer seus desejos. Porém, as satisfações do mundo contemporâneo têm prazo de validade ditado por interesses externos, juntamente com a aceleração provocada pelos meios tecnológicos do nosso tempo, acaba-se num emaranhamento de consumo desenfreado.

Chauí nos apresenta que (2011, p.28) “A filosofia de Spinoza é uma ética da alegria, da felicidade, do contentamento intelectual e da liberdade individual e política”. Uma psicologia positiva em Spinoza é aquela que desde seu fundamento se apresenta como ética do bem-viver consigo e com o outro, tendo em si uma visão de integralidade ao todo, ao mundo e à Natureza.

Não há nada mais passageiro do que a moda e os modismos. Quando não tiverem o que inventar, vão reviver algo do passado para dizer que aquilo voltou à moda. Nisso, as pessoas permanecem presas nessa dinâmica de consumo e de satisfações efêmeras. No *Tratado da Correção do Intelecto*, Spinoza (1991) reprovava uma humanidade que somente busca riquezas, honra e concupiscência. O desejo não poderá ser satisfeito com objetos finitos e temporais. Ele indica que a satisfação do desejo se faça por meio das coisas eternas e infinitas, sendo assim esse o bem verdadeiro.

Cabe salientar que o termo "suicídio" (do latim moderno *suicidium*) só se populariza no século XVIII. Embora utilizemos o termo para fins de clareza contemporânea, é fundamental

notar que a palavra não fazia parte do vocabulário do autor da *Ética*, o filósofo refere-se ao ato de tirar a própria vida através de perífrases como *se interficere* (matar-se) ou submetido a uma *causa externa*. Para Spinoza, o fenômeno não é um "ato de um sujeito", mas um evento físico e afetivo onde a potência do corpo é superada por forças externas opostas à sua natureza.

Isto posto, explorando as conexões entre a redução da potência de agir humana e o conceito de *conatus* na filosofia de Spinoza, este estudo busca compreender essa manifestação de autodestruição do desejo de viver do ser humano. Esta problematização visa analisar criticamente a relação entre a filosofia de Spinoza e as questões conceituais e filosóficas relacionadas ao suicídio, contribuindo para uma abordagem teórica mais abrangente e aplicada desse fenômeno complexo.

Diante do exposto, a pesquisa proposta se justifica tanto pela importância da problemática apresentada, de atual relevância, como pela necessidade de ampliar o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o tema do suicídio que tem se mostrado tão amplo, diverso e, por vezes, um tabu em meio à nossa sociedade. Possibilitando uma abertura para outras discussões relacionadas com outros campos do saber, bem como fornecer subsídios teóricos para melhor embasar uma prática de cuidados em saúde mental e estabelecer um modo de viver ético e humanizado.

Tivemos como objetivo principal: relacionar o suicídio com a diminuição da potência de agir humana e do *conatus* em Spinoza; expor uma análise da ontologia do autor e de seus principais conceitos; evidenciar a visão de suicídio para o filósofo; apresentar a noção de diminuição e aumento da potência de agir humana; e ainda explicitar a importância do *conatus*.

A investigação consistiu no estudo e análise dos conceitos com o intuito de alcançar nossos objetivos; a pesquisa foi composta necessariamente em três momentos, primeiramente, uma breve exposição sobre alguns dos filósofos que discorreram sobre a temática do suicídio, no segundo momento, apresentamos os principais recursos teóricos expostos na obra fundamental do autor, a *Ética: demonstrada à maneira dos geômetras*. Onde teremos, uma análise da ontologia e seus principais desdobramentos, tais como a ideia de substância, liberdade, teoria do afetos, as ideias inadequadas e adequadas, os três gêneros do conhecimento; na terceira e última parte, apresentaremos a visão de Spinoza sobre o suicídio, aprofundando,

as noções de diminuição e aumento da potência de agir humana, do *conatus* e estabelecendo sua relação com o suicídio.

Realizamos uma pesquisa do tipo ensaio teórico por entender que seja a forma que melhor se enquadra com o objeto em questão, uma vez que o cerne não será nos aspectos sociais, culturais e históricos. Conforme Eco (1989, p.11), “Uma tese teórica é aquela que se propõe a atacar um problema abstrato, que pode já ter sido ou não objeto de outras reflexões: natureza humana, o conceito de liberdade, a noção de papel social, a existência de Deus”. Desenvolveremos a problemática do suicídio no âmbito filosófico-conceitual, apresentando aproximações à ontologia e à ética de Spinoza.

Defendemos a hipótese de o suicídio ser uma manifestação última da diminuição da potência de agir humana, tendo como prevalectimento do afeto da tristeza em detrimento do afeto da alegria, fato este que resultaria na percepção do indivíduo de viver uma vida sem sentido, de logo, abreviando sua própria existência.

## **2 O SUICÍDIO NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA: UMA REVISÃO PRELIMINAR**

Neste capítulo inicial, exploramos como diferentes pensadores ao longo da história da filosofia conceituaram e abordaram o problema do suicídio. A ideia é traçar um panorama que nos permita compreender as diversas perspectivas antes de mergulharmos especificamente em Spinoza.

### **2.1 A condenação do suicídio em Aristóteles**

Para Aristóteles, a vida virtuosa e a busca da *eudaimonia* (felicidade ou florescimento humano) são vistas como o objetivo supremo, que é compreendido por Kury (1985, p.13) como “o gênero de vida mais desejável”. No entanto, essa *eudaimonia* está intrinsecamente ligada à participação ativa na *pólis* e ao cumprimento das responsabilidades sociais. O suicídio, nesse contexto, é considerado uma violação desses princípios.

Em sua obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles argumenta que o suicídio é um ato de injustiça, mas não contra o indivíduo que o comete, pois este sofre as consequências, e sim contra a comunidade e o Estado.

A pessoa que se mata voluntariamente num acesso de forte emoção, agindo desta maneira contrária à reta razão, e isto a lei não permite; ela age, portanto, injustamente. Mas contra quem? Certamente contra a cidade e não somente contra si mesma, pois ela mesma sofre voluntariamente, mas ninguém sofre uma injustiça voluntariamente.

É também por esta razão que a cidade aplica uma penalidade em tais casos, punindo o suicida com uma perda relativa de direitos civis, como se ele estivesse agindo injustamente em relação à cidade. (Livro V, Cap. 11, 1138a5-9)

A vida do indivíduo não é meramente sua propriedade privada, mas um bem que contribui para o funcionamento e a vitalidade da *pólis*. Ao tirar a própria vida, o indivíduo priva a comunidade de sua contribuição potencial e rompe laços sociais essenciais. Aristóteles também associa o suicídio à covardia.

Morrer para livrar-se da pobreza, ou do amor, ou de qualquer coisa penosa, não é próprio de um homem corajoso, e sim de um covarde, pois é fraqueza fugir do que é aflitivo, e um homem desta espécie enfrenta a morte não por ser nobilitante, mas para fugir a um mal. (Livro III, Cap. 7, 1116a12-14)

Ele distingue a coragem verdadeira, que seria enfrentar a morte com bravura em um contexto de guerra ou em defesa de algo nobre, daquele que busca a morte para escapar de dificuldades ou sofrimentos. Aquele que se mata para fugir da pobreza, do amor, da dor ou de qualquer adversidade age não por coragem, mas por fraqueza e incapacidade de suportar o que a vida lhe impõe.

Em síntese, para Aristóteles, o suicídio é um ato que vai contra a virtude da coragem, uma forma de injustiça para com a *pólis*, e a vida é um bem a ser cultivado em função do florescimento humano e da contribuição social.

## 2.2 Os estoicos e a porta aberta

A doutrina estoica, fundada por Zenão de Cítio e desenvolvida por pensadores como Sêneca, Epicteto e Marco Aurélio, centraliza-se na ideia de viver em conformidade com a natureza e com a razão. O objetivo é alcançar a *ataraxia*, uma espécie de tranquilidade da alma. Conforme Dinucci (2019, p.3), “A ausência de agitação na mente” e a apatia, uma forma de ausência de paixões perturbadoras, por meio da virtude. Para os estoicos, o que está sob nosso controle são nossos julgamentos, nossas intenções e nossa vontade, enquanto o que está fora de nosso controle, como a saúde, a riqueza, a reputação, a própria vida e a morte, são coisas “indiferentes” (*adiáfora*).

É precisamente nessa distinção entre o que está e o que não está sob nosso controle que a questão do suicídio adquire uma nuance particular para os estoicos. Para eles, o poder do julgamento deve sempre estar presente. Para Tasca (2016, p.52), “Seu questionamento inicial

ocorre no sentido da validade desta escolha e se ela está em sintonia com a natureza.” O ponto crucial deste julgamento será saber se a vida está sendo vivida com dignidade.

Eles não defendem o suicídio como uma solução para qualquer dificuldade ou como uma fuga da dor. No entanto, em certas circunstâncias extremas, quando a vida perde completamente sua capacidade de ser vivida virtuosamente ou quando a dignidade do indivíduo está irremediavelmente comprometida, o suicídio pode ser visto como uma escolha racional, um ato de liberdade e controle sobre o que, de outra forma, seria um destino imposto e desvirtuado.

A metáfora da "porta aberta" (*hé thýra enoíchthai*) é central para entender essa perspectiva. A vida é como uma hospedagem, e se a estadia se torna insuportável ou indigna, o sábio tem a liberdade de sair. Esta não é uma saída por covardia ou desespero, mas uma saída ponderada e racional, em alinhamento com a própria razão e virtude.

Sêneca, um dos mais proeminentes estoicos romanos, abordou o tema diversas vezes em suas *Cartas a Lucílio*. Será na Carta 70 que o estoico abordará o bem-estar na vida. “A vida não é um bem que se deve conservar a todo custo: o que importa não é estar vivo, mas sim viver uma vida digna.” (Sêneca, 2004, p.264). Ele enfatiza que o sábio deve estar preparado para aceitar a morte, seja ela natural ou autoimposta, como parte do ciclo da vida e como uma via de escape quando as condições da vida se tornam intoleráveis e impedem a virtude. “Ele não aceitaria suicídio para cessar sofrimentos; isto seria apenas declarar-se derrotado, covarde” (TASCA, 2016, p.53)

Epicteto, em seus *Discursos*, Livro I, Cap. 25, também reitera essa ideia, embora com um tom mais pragmático. Para ele, o suicídio é uma opção quando a "utilidade" da vida se esgota ou quando viver em conformidade com a natureza se torna impossível. “Há fumaça na casa? Se a quantidade é moderada, permaneço; se é excessiva, saio. Devemos, pois, lembrarmos sempre disto: a porta está aberta.” (EPICTETO, 2020, p.152)

Em síntese, para os estoicos, o suicídio não é uma fuga por desespero, mas uma escolha racional e autônoma, uma opção em situações extremas, quando a vida não permite mais a prática da virtude ou quando a dignidade está irremediavelmente comprometida. A "porta aberta" simboliza a liberdade do sábio de dispor de sua própria vida quando ela não mais

serve a um propósito virtuoso, e a decisão deve ser guiada pela razão e não por paixões perturbadoras.

### 2.3 As noções do suicídio na antiguidade

Ao confrontar as perspectivas de Aristóteles e dos estoicos sobre o suicídio, emergem diferenças fundamentais que revelam as nuances do pensamento antigo sobre a vida, a morte, a autonomia e o papel do indivíduo na sociedade.

Para Aristóteles, a condenação do suicídio está intrinsecamente ligada à sua ética das virtudes e à ideia de *eudaimonia*. O suicídio é visto como um ato de covardia, impulsionado por emoções negativas como a dor, o medo ou a tristeza, e não por uma deliberação racional e virtuosa. O verdadeiro corajoso enfrenta as adversidades da vida, buscando o florescimento.

Em contraste, para os estoicos, o suicídio, em certas circunstâncias, pode ser o auge da racionalidade e da liberdade. Não se trata de uma fuga impulsionada por paixões descontroladas, mas de uma escolha ponderada, feita com *prohairesis* (escolha moral racional), quando a vida se torna incompatível com a prática da virtude ou com a manutenção da dignidade. A decisão de "abrir a porta" é um exercício de controle sobre aquilo que, para eles, é um "indiferente" (a vida em si) e uma afirmação da primazia da razão sobre as circunstâncias externas.

A visão aristotélica é fortemente comunitária. O indivíduo é um "animal político" (*zōon politikon*) e sua vida tem valor intrínseco para a *pólis*. O suicídio é uma injustiça para com o Estado, pois priva a comunidade de um de seus membros e de sua potencial contribuição, enfraquecendo o corpo social. Contudo, para Ramos (2014, p.62), há um dever do cidadão de viver e prosperar em benefício do bem comum.

Embora os estoicos também valorizassem a cidadania universal e a fraternidade humana, sua justificação do suicídio é mais individualista, no sentido de que a decisão final reside na autonomia do sábio em relação à própria razão e virtude. O dever primário é para consigo mesmo, para com a manutenção da integridade racional e da dignidade, mesmo que isso signifique se desvincular da sociedade em situações extremas. A lealdade máxima é à própria razão universal (*Logos*), que se manifesta no indivíduo.

#### 2.3.1 O valor da vida e da morte

Para Aristóteles, a vida é um bem supremo a ser preservado e vivido em sua plenitude, buscando a *eudaimonia* através da virtude. A morte, especialmente a autoimposta, é vista como um mal a ser evitado, pois encerra a possibilidade de florescimento.

Para os estoicos, a vida em si não é um bem intrínseco, mas sim uma "coisa indiferente". O que importa é como se vive virtuosamente ou não. A morte, da mesma forma, não é intrinsecamente um mal, mas uma parte natural do ciclo e, em certas situações, uma ferramenta para preservar a virtude ou evitar a degradação. Não se trata de "querer morrer", mas de "saber viver e também saber partir".

Em suma, enquanto Aristóteles enxerga o suicídio como um fracasso ético, uma manifestação de covardia e uma ofensa à comunidade, os estoicos, em sua busca pela imperturbabilidade e pela liberdade da razão, concebem-no como uma possível manifestação de sabedoria e coragem, uma saída digna quando a vida se torna um obstáculo intransponível à virtude. Essas duas posições antagônicas na Antiguidade grega e romana estabelecem um espectro de pensamento sobre o significado do suicídio.

## **2.4 O suicídio na modernidade: Kant e Marx**

Após explorarmos duas perspectivas da antiguidade, voltamo-nos agora para a modernidade, onde a questão do suicídio adquire novas roupagens, especialmente sob o prisma da razão iluminista e das emergentes filosofias sociais. Abordaremos Immanuel Kant, um pilar do Iluminismo e da ética deontológica, e Karl Marx, cuja filosofia revolucionou o pensamento social e econômico.

### **2.4.1 Immanuel Kant e a condenação do suicídio por dever moral**

Immanuel Kant, em sua filosofia moral, estabelece um sistema ético rigoroso baseado na razão prática e no conceito de dever (2007, p.28). “Quando o infeliz, com fortaleza de alma, mais enfadado do que desalentado ou abatido, deseja a morte, e conserva contudo a vida sem a amar, não por inclinação ou medo, mas por dever, então a sua máxima tem um conteúdo moral.”

A moralidade não deriva de inclinações, consequências ou sentimentos, mas sim de princípios universais que podem ser formulados como imperativos categóricos. Segundo Kant (2003, p.64), “através dos imperativos categóricos, certas ações são permitidas ou proibidas,

isto é, moralmente possíveis ou impossíveis, enquanto algumas delas ou seus opostos são moralmente necessários, ou seja, obrigatórios.” A ação moral é aquela que pode ser universalizada sem contradição e que trata a humanidade em si mesma e nos outros sempre como um fim em si e nunca meramente como um meio.

É sob a luz desses imperativos que Kant aborda o suicídio, e sua condenação é uma das mais enfáticas na história da filosofia. Será na segunda seção da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, intitulada: Transição da filosofia moral popular para a Metafísica dos Costumes, que encontramos trechos definitivos sobre a visão do filósofo. Para Kant, o suicídio é moralmente repreensível por duas razões principais, relacionadas diretamente às formulações do imperativo categórico.

Na primeira, a violação do imperativo categórico como lei universal, Kant argumenta que a máxima "Eu tiraria a minha vida para escapar de uma situação dolorosa" não pode ser universalizada sem contradição. Se todos agissem assim, a própria vida, que é a condição para qualquer moralidade e para a existência da razão prática, seria destruída. O suicídio seria uma contradição de vontade, pois a mesma vontade que deseja o bem, neste caso, o fim da dor destruiria a condição de toda e qualquer vontade. Vejamos o que nos diz Kant (2007, p.60):

Uma pessoa, por uma série de desgraças, chegou ao desespero e sente tédio da vida, mas está ainda bastante em posse da razão para poder perguntar a si mesma se não será talvez contrário ao dever para consigo mesma atentar contra a própria vida. E procura agora saber se a máxima da sua ação se poderia tornar em lei universal da natureza. A sua máxima, porém, é a seguinte: Por amor de mim mesmo, admito como princípio que, se a vida, prolongando-se, me ameaça mais com desgraças do que me promete alegrias, devo encurtá-la. Mas pergunta-se agora se este princípio do amor de si mesmo se pode tornar lei universal da natureza. Vê-se então em breve que uma natureza, cuja lei fosse destruir a vida em virtude do mesmo sentimento cujo objetivo é suscitar a sua conservação, se contradiria a si mesma e, portanto, não existiria como natureza. Por conseguinte, aquela máxima não poderia de forma alguma dar-se como lei universal da natureza e, portanto, é absolutamente contrária ao princípio supremo de todo o dever.

Na segunda teremos uma violação do imperativo categórico enquanto fórmula da humanidade como fim em si mesma. O suicídio, para Kant, trata a própria humanidade meramente como um meio para um fim, isto é, escapar da dor, do sofrimento, e não como pessoa. O ser racional, dotado de dignidade intrínseca, não pode dispor de si mesmo como se fosse uma coisa. A razão humana, em sua capacidade de legislar moralmente, é a fonte da

moralidade, e destruí-la ou sua condição, neste caso, a própria vida, é destruir a fonte de todo valor.

Se, para escapar a uma situação penosa, se destrói a si mesmo, serve-se ele de uma pessoa como de um simples meio para conservar até ao fim da vida uma situação suportável. Mas o homem não é uma coisa; não é, portanto, um objeto que possa ser utilizado simplesmente como um meio, mas, pelo contrário, deve ser considerado sempre em todas as suas ações como fim em si mesmo. Portanto, não posso dispor do homem na minha pessoa para o mutilar, o degradar ou o matar. (Kant, 2007, p.70)

Em síntese, para Kant segundo a razão prática, o suicídio não se estabelece como um dever moral, de logo, não pode ser cumprido, pois contradiz a própria possibilidade da moralidade; é uma ação que instrumentaliza a pessoa, tratando-a como um meio e não como um fim em si; e a vida racional tem um valor absoluto e incondicional, e o ser humano não tem o direito de dispor dela.

#### **2.4.2 Karl Marx e o suicídio como sintoma da alienação social**

Karl Marx, ao contrário de Kant, não se debruça sobre o suicídio a partir de um prisma moral ou de deveres individuais. Sua abordagem é, antes, uma crítica radical da sociedade e de suas estruturas, especialmente do sistema capitalista. Para Marx, os fenômenos sociais, incluindo a miséria individual e o suicídio, não são falhas morais do indivíduo, mas sim a sintomatologia de um sistema doente.

A principal contribuição de Marx para a compreensão do suicídio reside em sua análise da alienação e da opressão material e social que o capitalismo impõe aos seres humanos. Embora não tenha um tratado dedicado exclusivamente ao suicídio, seus escritos, notavelmente sua resenha do livro *"Du suicide et de ses causes"* (Sobre o suicídio e suas causas) de Jacques Peuchet (publicada em 1846), revelam uma faceta surpreendente e apaixonada de suas ideias sobre as relações humanas e as patologias sociais.

No ensaio de Peuchet que Marx resenha, são apresentados casos de suicídio que, para Marx, ilustram a profunda infelicidade e a opressão geradas pelas relações sociais burguesas. Marx não busca condenar o ato em si, mas sim denunciar as condições sociais que o produzem. O suicídio é visto como uma forma extrema de protesto ou desespero diante de uma realidade insuportável e desumanizante.

O suicídio é compreendido como reflexo da alienação, pois no sistema capitalista, o trabalhador é alienado de seu produto, do processo de trabalho, de sua própria espécie e de

outros seres humanos. Essa alienação gera uma profunda sensação de impotência, falta de propósito e isolamento. O suicídio pode ser a manifestação mais drástica dessa alienação, quando o indivíduo se sente completamente separado de sua essência humana e de sua capacidade de agir no mundo. Marx (2006, p.29) afirma:

As relações entre interesses e temperamentos, as verdadeiras relações entre os indivíduos, têm primeiro de ser criadas entre nós a partir dos fundamentos, e o suicídio é apenas um dos mil e um sintomas da luta social universal que está sempre a impelir para novas ações e de onde tantos outros males.

Outro fator de extrema relevância se faz em torno da opressão e das condições materiais, onde Marx enfatiza que a miséria, a pobreza, a exploração econômica e a falta de perspectiva, características inerentes ao capitalismo, podem levar o indivíduo a um estado de desespero tal que o suicídio se torna uma "saída". Ele observa que o suicídio não é um ato "antinatural", mas sim um produto da "natureza da nossa sociedade", que gera tantas vítimas.

Conforme Marx (2006, p.25), "O suicídio não é de modo algum antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas. O que é contra a natureza não acontece. Ao contrário, está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios."

Sendo assim, sua crítica enseja às relações de propriedade e ao patriarcalismo. Ao utilizar os casos de Peuchet para criticar não apenas a exploração econômica, mas também outras formas de opressão social, como as relações patriarcais. Ele analisa o caso de uma mulher que comete suicídio após ser trancafiada e violentada por um marido ciumento, denunciando como as relações de propriedade se estendem aos relacionamentos pessoais, transformando a esposa em uma "propriedade" e gerando sofrimento insuportável. A infeliz mulher foi condenada a uma escravidão insuportável e o marido exercia seus direitos de senhor de escravos, apoiados pelo Código Civil e pelo direito de propriedade. (MARX, 2006, p.37)

Em síntese, para Marx, o suicídio não se trata de uma falha moral individual, mas um sintoma de uma sociedade doente, especialmente quanto às condições geradas pelo capitalismo. As causas do suicídio são sociais, econômicas e estruturais: alienação, exploração, opressão e a impossibilidade de uma vida plena e digna dentro de um sistema desumanizante. A análise de Marx não é de condenação do ato, mas sim de uma crítica radical às causas sociais que levam o indivíduo ao desespero extremo. Ele busca uma transformação social que elimine as condições que produzem tal sofrimento.

### 2.4.3 Kant e Marx sobre o suicídio na modernidade

A comparação entre Immanuel Kant e Karl Marx na questão do suicídio ilustra uma das grandes clivagens no pensamento moderno: de um lado, a ética individualista e universalista do dever; de outro, a crítica materialista e social das estruturas que moldam a existência humana.

Sobre a origem e a natureza do problema, podemos estabelecer que, para Kant, o suicídio é um problema intrinsecamente moral e racional. Já que a questão reside na capacidade do indivíduo de agir de acordo com a lei moral universal que sua própria razão dita. O problema será, portanto, uma falha na autonomia moral do indivíduo em sua relação consigo mesmo. Marx, por sua vez, desloca o problema do âmbito moral-individual para o socioeconômico e material. O suicídio não é primariamente uma questão do dever ou uma falha moral, mas um sintoma trágico das condições desumanas impostas pelo sistema social vigente, o caso, o capitalismo.

A condenação imposta por Kant é absoluta e a priori. O suicídio é sempre injustificável, independentemente das circunstâncias, porque viola princípios racionais universais: a impossibilidade de universalizar a máxima e a instrumentalização da humanidade em si mesma. No exposto em Marx, ele não "condena" o suicídio no sentido moral kantiano. Ele o analisa e denuncia suas causas. O foco não está em julgar o ato do indivíduo, mas em expor as forças opressoras que o levam a tal desespero.

A "solução" para o problema do suicídio, do ponto de vista kantiano, reside na disciplina da vontade e na adesão racional ao dever. O indivíduo deve resistir às inclinações e agir por respeito à lei moral, reconhecendo o valor incondicional de sua própria existência como ser racional. A argumentação marxista para o suicídio é radicalmente social e revolucionária. Não se trata de uma mudança na atitude moral individual, mas de uma transformação estrutural da sociedade. Somente abolindo as condições de alienação e exploração seria possível eliminar as causas do sofrimento que levam ao suicídio.

Neste primeiro capítulo, buscamos apresentar diferentes concepções sobre o problema do suicídio, bem como traçar a evolução das perspectivas da Antiguidade, com Aristóteles e os estoicos, e da modernidade, com Kant e Marx, o que nos oferece um panorama rico e multifacetado. Este arcabouço conceitual construído preliminarmente será fundamental

para compreendermos a singularidade e a profundidade das concepções de Spinoza de *conatus* e potência de agir. Enquanto a tradição foca no "livre-arbítrio", no herói que escolhe morrer ou no pecador que desobedece a Deus, anunciamos que, para Spinoza, o suicídio não é uma escolha livre, mas uma falta de potência. Com isso vislumbramos preparar o leitor para um choque ontológico.

## **1 BARUCH DE SPINOZA: VIDA, OBRA E OS PILARES DE SUA FILOSOFIA**

Com as diversas lentes sobre o suicídio da antiguidade e da modernidade em perspectiva, é hora de mergulharmos na figura central desta monografia: Baruch de Spinoza. Este capítulo não apenas apresentará a vida e o contexto que moldaram seu pensamento, mas também, e crucialmente, desvendará os conceitos fundamentais de sua filosofia, que serão a base para nossa análise do *conatus* e sua relação com o suicídio no capítulo final.

### **3.1 Vida e contexto de Baruch de Spinoza**

Benedictus de Spinoza (1632-1677), como é conhecido no ocidente, nasceu em Amsterdã, em 1632, em uma família de judeus sefarditas que haviam fugido da inquisição Portuguesa. Sua vida foi marcada por uma profunda busca intelectual e por uma coragem notável em face da ortodoxia religiosa de seu tempo.

Cresceu em uma comunidade judaica rigorosa, recebendo uma educação tradicional que incluía o estudo da Torá, do Talmude e de comentários rabínicos. No entanto, sua curiosidade intelectual o levou além dos limites da doutrina aceita. Começou a estudar latim, o que lhe abriu as portas para a filosofia escolástica, as obras de Descartes, Hobbes e os pensadores renascentistas, bem como para a ciência de sua época. Essa vasta leitura o levou a questionar dogmas religiosos e a desenvolver ideias que logo o colocariam em conflito com sua comunidade.

Em 1656, aos 23 anos, Spinoza foi excomungado pela comunidade judaica de Amsterdã com o *Cherem* (anátima mais severo), uma condenação que o isolou socialmente e o privou de sua herança familiar. As razões exatas do *Cherem* são debatidas, mas envolviam

suas "terríveis heresias" e a rejeição de conceitos como a imortalidade da alma e a providência divina tal como concebidos pela tradição.

Após a excomunhão, Spinoza se retirou para vilarejos nos arredores de Amsterdã e, posteriormente, para Haia, vivendo uma vida simples e modesta. Para se sustentar, aprendeu o ofício de polidor de lentes ópticas, uma ocupação que, ironicamente, pode ter contribuído para sua saúde frágil devido à poeira de vidro, culminando em sua morte prematura por tuberculose aos 44 anos, em 1677 (DELEUZE, 2002, p.17).

Durante sua vida reclusa, Spinoza dedicou-se à filosofia. Seus principais trabalhos incluem, por exemplo, o *Tratado da Correção do Intelecto*, obra inacabada e publicada postumamente, que aborda o método para purificar a mente e atingir o conhecimento verdadeiro. Os *Princípios da Filosofia de Descartes* (1663) foi sua única obra publicada em vida sob seu nome, apresentando a filosofia cartesiana de forma geométrica, com um apêndice contendo "*Pensamentos Metafísicos*" que já prenunciavam suas ideias originais. Temos ainda o *Tratado Teológico-Político* (1670), que foi publicado anonimamente e gerou grande controvérsia, defendendo a liberdade de pensamento e a separação entre fé e razão, argumentando pela tolerância religiosa e por um Estado democrático. A *Ética demonstrada à maneira geométrica*, publicada postumamente em 1677, é essa sua obra-prima e a mais importante, na qual expõe todo o seu sistema filosófico de forma dedutiva. É nesta obra que encontraremos o desenvolvimento do conceito de *conatus*.

A vida de Spinoza foi um testemunho de sua busca inabalável pela verdade, desvinculada de dogmas e convenções. Ele foi um pensador que, pela força de sua razão, ousou desafiar os pilares de sua época, tanto religiosos quanto filosóficos, para construir um sistema coerente e radicalmente original.

### **3.2 Os pilares da filosofia de Spinoza: metafísica, Deus e Natureza**

A filosofia de Spinoza é um monismo radical, em que Deus e a Natureza são uma e a mesma coisa (*Deus sive Natura*). Seus conceitos fundamentais interligam-se intrinsecamente, formando um sistema único.

#### **3.2.1 Sobre o método geométrico.**

O método geométrico é a característica mais distintiva e fundamental da obra principal de Spinoza, a *Ética*. O método é diretamente inspirado nos *Elementos* de Euclides e consiste em construir todo o sistema filosófico através de uma ordem rigorosa e dedutiva. Cada uma das cinco partes da *Ética* é organizada sequencialmente como nos apresenta Gomes (2024, p.24):

Utilizando definições, axiomas, proposições, demonstrações, escólios, corolários, etc. Esses elementos, por exemplo, as definições e os axiomas, são as condições do discurso (*notum per si*), ou seja, são verdades universais, pois por si mesmas não têm necessidade de serem provadas. As proposições são todas seguidas de suas respectivas demonstrações geométricas, enquanto os escólios seriam comentários que complementaríamos essas proposições. Por sua vez, os corolários seriam as consequências conclusivas. Além desses, temos os postulados e os lemas que designam as regras ou as leis universais na filosofia e na ciência.

Para Spinoza, não é apenas um estilo de escrita, mas sim a base do seu projeto filosófico, que busca dar à filosofia a mesma certeza, clareza e necessidade da matemática.

### 3.2.2 Substância, atributos e modos: a unidade do Ser

Spinoza começa a *Ética* definindo substância como "aquilo que existe em si e é concebido por si; isto é, aquilo cuja concepção não necessita da concepção de outra coisa da qual deva ser formada" (E1 def. 3). Para ele, só pode haver uma única substância, infinita, eterna e causa de si mesma (*causa sui*). Esta substância é Deus.

Apenas uma única substância existe. Essa substância é Deus ou Natureza. Não há nada fora dela, nem algo que a limite ou a condicione. Isso difere drasticamente do dualismo cartesiano, em que mente e corpo são substâncias distintas. A substância é expressa através de infinitos atributos, que são "aquilo que o intelecto percebe da substância como constituindo sua essência" (E1 def. 4). Desses infinitos atributos, nós, seres humanos, só podemos conhecer dois: o pensamento (ou Mente) e a extensão (ou Corpo).

Não existe em Spinoza uma hierarquia entre corpo e mente. Quando afirma, na proposição 7 da Parte 2 da *Ética*, que "a ordem e a conexão das ideias são a mesma que a ordem e a conexão das coisas", ele está apresentando uma solução revolucionária para o problema da relação entre mente e corpo. De acordo com Miranda (2024, p. 36):

Na filosofia spinozana, o corpo é valorizado, sendo apresentado juntamente com a mente, sem hierarquia e com atividades simultâneas, rompendo, assim, com duas

tradições: a platônica, onde a alma é considerada a condutora do corpo; a aristotélica, onde o corpo é um mero “[...] instrumento da alma”. Além disso, rompe com Descartes, que separa, radicalmente, corpo e alma.

O paralelismo ensina que pensamento e extensão não são substâncias diferentes que interagem entre si, mas sim duas maneiras diferentes de perceber a mesma e única coisa. Desta forma, o corpo é mente e a mente é o corpo.

Na primeira parte da *Ética*, temos os modos que são as afecções da substância; existem os modos finitos e os modos infinitos. (E1 prop.21) Os modos infinitos podem ser imediatos, como o repouso e o movimento, e modos infinitos mediatos (E1 prop.22) “Tudo o que se segue de algum atributo de Deus”. Deste modo, não podendo ter sua duração determinada, por isso, também é infinito.

Nos modos finitos (E1 prop.28), tratamos da realidade humana, as coisas singulares que existem e são determinadas mediante outras causas que são também finitas. Nós, seres humanos, somos modos finitos da substância, expressos sob os atributos do pensamento (nossas ideias, mentes) e da extensão (nossos corpos). Uma árvore, uma pedra, uma ideia, um sentimento, tudo são modos da única substância. Essa estrutura metafísica é crucial: tudo o que existe é parte de Deus. Não há separação entre criador e criatura; Deus não é um ser transcendente que age no mundo de fora, mas a própria realidade imanente em sua totalidade.

De acordo com Spinoza, tudo é determinado por uma cadeia infinita de causas e efeitos. (E1 prop.28) “Tudo o que é determinado a existir e a operar é assim determinado por Deus.” Não há acaso ou contingência. As ações humanas, nossos pensamentos e nossos desejos são modos da substância e, como tal, são determinados pela mesma necessidade que rege todo o universo.

### **3.2.3 Determinismo e liberdade: a necessidade da natureza divina**

Na filosofia de Spinoza, a liberdade não é o livre-arbítrio tal como comumente entendido como a capacidade de escolher arbitrariamente entre alternativas distintas; a liberdade é antes de tudo necessidade imanente. Na *Ética* parte 5 prop.10 escólio, Spinoza argumenta que o livre-arbítrio “é uma falsa aparência de liberdade”

Além disso, “Não há em Deus nenhum intelecto em potência, mas apenas em ato. (E1, prop.33, escólio 2). Não podendo ser atribuída a Deus uma vontade livre. Deus é livre porque age apenas por sua própria natureza, sem ser constrangido por nada externo. Spinoza vai contra a formulação imposta pela tradição com a ideia de livre-arbítrio, uma espécie de

vontade livre para escolher entre fazer o bem e o mal, visão que Descartes defende na quarta meditação da sua obra *Meditações Metafísicas* (1641): “meu livre-arbítrio; isto é, de meu entendimento e conjuntamente de minha vontade”. Nisso, ele também argumenta que o homem “neste mau uso do livre-arbítrio que se encontra a privação que constitui a forma do erro.”

Em Spinoza, o paradoxo da liberdade revela-se na integração entre a necessidade natural e a potência de agir. De acordo com Souza (2006), ser livre não significa escapar ao determinismo, mas sim agir conforme a própria necessidade imanente. Essa liberdade realiza-se através do *conatus*, o esforço de preservação da essência, quando o corpo e a mente agem guiados pela razão. Spinoza critica a crença no livre-arbítrio como uma ilusão decorrente da ignorância das verdadeiras causas de nossas ações. Pensamos ser livres porque temos consciência de nossas ações, mas somos ignorantes das causas que as determinam. A verdadeira liberdade humana não reside em ter um livre-arbítrio ilusório, mas em compreender essa necessidade.

Quanto mais compreendemos as causas de nossas ações e afeições, mais agimos por conhecimento e menos por paixões passivas. A liberdade é, portanto, o reconhecimento e a aceitação da necessidade divina e a capacidade de agir de acordo com a própria natureza racional. Ninguém se mata por exercício da "liberdade". Como a natureza de qualquer coisa é perseverar no ser, o suicídio é a prova cabal de que o indivíduo parou de agir e passou a ser totalmente submisso ao mundo exterior.

### **3.2.4 Afetos, paixões e ações: o dinamismo da existência**

Para uma melhor compreensão da teoria dos afetos, faz-se importante a distinção entre os termos *affectus* e *affectio*, afeto e afeição, respectivamente. No primeiro temos a variação contínua de existir, já no segundo, o estado de um corpo enquanto sofre a ação de outro corpo, ou o efeito que um corpo produz sobre outro corpo, ou ainda a imagem de uma coisa que causa tristeza. (DELEUZE, 2009)

Spinoza dedica grande parte da *Ética* ao estudo dos afetos. Os três afetos primários dos quais todos os outros derivam são: o desejo (*Appetitus*), a alegria (*Laetitia*) e a tristeza (*Tristitia*). Sobre o desejo, também vale salientar que ele é um esforço, juntamente com a vontade e o apetite.

A vontade, apetite e desejo são esforços e, nesse contexto, Spinoza afirma que “O fundamento da virtude é esse esforço para se conservar o próprio ser.” (E4, prop.18, escólio). A vontade é um “esforço, à medida que está referida apenas à mente” (E3 prop9). O apetite também se refere à mente, porém difere da vontade, por estar em consonância com o corpo. Será daí que o homem consegue sua conservação. (E3 prop.9). Pois apetite e desejo não são diferentes. O desejo é quando estamos conscientes dos nossos apetites, ou nas palavras do filósofo, “o apetite juntamente com a consciência que dele se tem” (E3 prop.9 escólio). O desejo é definido como a própria essência do homem, na medida em que é determinado a fazer algo por alguma afecção e também “O desejo não é senão o próprio esforço por agir” (E4 prop.54.def).

Conforme Spinoza, tanto “a alegria e a tristeza são paixões pelas quais a potência de cada um, ou seja, seu esforço por perseverar no seu ser, é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada.” (E3 prop.58). Alegria e tristeza não são perfeição maior e perfeição menor em si mesmas, respectivamente; como afetos, são passagens que podem aproximar e distanciar da perfeição (E3 def.3).

A alegria é uma paixão pela qual a mente passa de uma menor perfeição para uma maior perfeição, o que promove um aumento da potência de agir, e a tristeza é uma paixão pela qual a mente passa de uma maior perfeição para uma menor perfeição (E3 prop.11 escólio) (E3 A def.2 e 3). A tristeza será inversamente contrária à alegria, nesse caso, uma passagem de uma maior para uma menor perfeição, logo, promovendo uma diminuição da potência de agir (E3 def3) (E3 prop.11 escólio)

Nisso, do afeto tristeza virão exclusivamente afetos passivos, que nos fazem passar de uma perfeição maior para uma menor; contrariamente, o afeto de alegria nos permite os afetos ativos, levando-nos de uma perfeição menor para uma maior. Os afetos passivos são paixões tristes, na medida em que são apenas vontades. Os afetos ativos, por outro lado, são paixões alegres, quer dizer, desejos, ao passo que são apetites conscientes. A alegria e a tristeza são concorrentes entre si; possuem uma relação com a imaginação e a razão. A tristeza é característica da imaginação e a alegria está no caminho da razão.

Os afetos secundários são oriundos dos afetos primários, que apresentamos há pouco. Para melhor compreensão, tomemos os exemplos dos afetos amor e ódio, onde o amor é “alegria, acompanhada da ideia de uma causa exterior” e o ódio, uma “tristeza, acompanhada de uma causa exterior” (E3 prop.13 escólio). O que torna evidente que o amor e o ódio são

afetos de alegria e tristeza quando acompanhados de causas exteriores; em breve vamos expor a importância que as causas exteriores terão para a questão do suicídio.

Ainda sobre o ódio, Spinoza afirma que “O ódio deve ser combatido com o amor ou com a generosidade, em vez de ser retribuído com um ódio recíproco.” (E4 prop.46). Até nos alerta sobre a importância de vigiarmos os nossos pensamentos, pois “Quando a alma imagina a sua impotência, só por esse fato fica triste” (E4 prop.55).

Vejam também os exemplos da esperança e do medo. A esperança é “uma alegria instável, surgida da imagem de uma coisa futura ou passada de cuja realização temos dúvida”. O medo é “uma tristeza instável, surgida da imagem de uma coisa duvidosa” (E3, prop.18, escólio 2).

Nas definições do prefácio da parte 4 da *Ética*, vejamos o que Spinoza diz sobre o bem e o mal: “Por bem compreendo todo gênero de alegria e tudo o que a ela conduz e, especialmente, aquilo que aplaca uma saudade, qualquer que ela seja. Por mal, em troca, compreendo todo gênero de tristeza e especialmente aquilo que agrava uma saudade.” Ainda sobre os mesmos afetos, que “O conhecimento do bem e do mal nada mais é do que o afeto da alegria ou tristeza, à medida que deles estamos conscientes” (E4 prop8).

Para Deleuze (2002), existe uma originalidade na concepção espinosista de útil e de nocivo. Pois o bom é necessariamente aquilo que aumenta a nossa potência de agir e o mau, aquilo que diminui essa mesma potência. Sendo, portanto, o bom útil e o mau nocivo.

Retornando brevemente na parte 3 da *Ética*, na explicação da definição 3, temos que o afeto se torna ação na medida em que somos causa adequada das afecções, quando, do contrário, tal afeto se torna paixão. Existem, portanto, dois tipos de afetos, os afetos ativos (ação) e os afetos passivos (paixão). Compreender que os afetos ativos relacionam-se às causas adequadas, pois advêm do agir humano; já os afetos passivos, do sofrimento humano, como vivência das causas inadequadas, serão de suma importância para o desenvolvimento desse estudo.

A filosofia de Spinoza visa nos guiar de um estado de servidão às paixões (tristeza, ódio, medo) para um estado de liberdade e alegria, através do conhecimento adequado das causas de nossos afetos e da compreensão da necessidade de tudo o que existe.

### **3.2.5 Ideias adequadas e inadequadas: o conhecimento como caminho para a liberdade**

Spinoza estabelece que o conhecimento não é meramente uma acumulação de erudição ou de fatos, mas uma compreensão profunda da realidade que afeta diretamente nossa potência de agir e nossa liberdade. A distinção entre ideias adequadas e ideias inadequadas se torna, portanto, fundamental para entender como o ser humano pode sair de um estado de servidão até alcançar a liberdade. Pensamento este também sustentado por Deleuze (2002, p.64) “Mas os gêneros de conhecimento são modos de existência, porque o conhecer prolonga-se nos tipos de consciência e de afetos que lhe correspondem”

Nesse sentido, para Miranda (2024, p.107), “o caminho seguido pelo vulgo, isto é, o da ignorância, ou o caminho do conhecimento racional, isto é, o da felicidade.” São os dois caminhos traçados por Spinoza e em que ele esmiuçar os elementos definitivos de cada um.

As ideias inadequadas têm conexão com o modo de conhecimento do primeiro gênero ou conhecimento pela imaginação; são aquelas que formamos a partir de percepções sensoriais e experiências fragmentadas, sem compreender as causas completas e as conexões necessárias. Elas surgem quando nossos corpos são afetados por outros corpos externos. A ideia que formamos de um objeto é uma afecção do nosso corpo e não uma representação clara e distinta da natureza do objeto em si, nem de suas causas. Para Spinoza, essas ideias são confusas, obscuras, mutiladas e desordenadas: “Digo que uma ideia é inadequada ou mutilada quando é sem ordem para a mente, ou seja, quando não é compreendida por ela por meio de sua natureza.” (E2, Def. 25)

Portanto, as ideias inadequadas são a base de nossas paixões, os afetos passivos. Quando agimos com base em ideias inadequadas, somos como "ondas no oceano", impelidas por causas externas das quais não temos um conhecimento claro. Isso nos leva à tristeza, ao medo, ao ódio e a outras paixões que diminuem nossa potência de agir. O homem que vive guiado apenas por ideias inadequadas é um homem escravo. Ele é passivo, sofre os impactos do mundo exterior sem compreendê-los e não é a causa adequada de suas próprias ações e afetos. Sua liberdade é uma ilusão. A imaginação não é um erro a ser extirpado, mas uma condição da mente humana enquanto ligada a um corpo afetado por outros corpos. O sábio não deixa de imaginar; ele passa a ordenar as imaginações pela razão.

Ademais, as ideias adequadas são as que formamos quando compreendemos as coisas de forma clara e distinta, apreendendo suas causas e suas conexões necessárias com a ordem total da Natureza (Deus/Substância). Spinoza distingue dois tipos de conhecimento adequado.

Sendo, portanto, o conhecimento do segundo gênero dotado pela razão, baseia-se em noções comuns e em demonstrações racionais; vai além das noções universais, pois são comuns a todos os homens (E2, prop.38). É o conhecimento das essências das coisas, de suas propriedades comuns e da necessidade de suas relações. É um conhecimento claro e distinto que nos permite compreender as causas das coisas e sua inserção na ordem necessária do universo.

As ideias adequadas são a base de nossas ações, isto é, os afetos ativos. O conhecimento do segundo gênero nos leva a uma forma de liberdade, pois passamos a agir não por impulso cego, mas por compreensão racional. Reduzimos a servidão às paixões e aumentamos nossa capacidade de autocontrole e alegria.

O outro tipo de conhecimento reconhecido como adequado será o conhecimento do terceiro gênero, que é um conhecimento intuitivo, tido como o conhecimento mais elevado, que apreende a essência singular das coisas a partir do conhecimento de Deus ou da Substância. (E2 prop.40 escólio 2) É um conhecimento profundo, "de dentro", das coisas como modos da natureza divina.

No terceiro gênero de conhecimento que se origina a maior satisfação da mente (E5 prop.27), por ele que podemos chegar à suprema perfeição. (E5 prop.27.def). Para alcançar o terceiro gênero de conhecimento, precisamos necessariamente partir do segundo gênero (Razão), não sendo possível um atalho pela imaginação, pois o método de Spinoza é criterioso e bem determinado. Igualmente será pelo terceiro gênero que o filósofo destaca: “O esforço supremo da mente e sua virtude suprema consistem em compreender as coisas por meio do terceiro gênero de conhecimento.” (E5. prop.25). É o conhecimento mais claro e distinto que nos permite ver as coisas (*sub specie aeternitatis*) sob a perspectiva da eternidade, ou seja, em sua conexão necessária com Deus.

Este conhecimento gera a maior alegria possível e culmina no amor intelectual de Deus (*amor intellectualis Dei*), que é o amor que a mente tem por Deus na medida em que compreende Deus como a causa de si mesma e de todas as coisas. O amor intelectual de Deus tem origem no terceiro gênero de conhecimento. (E5 prop.32 corolário).

Nesse amor, Deus ama a si mesmo e ama também a humanidade (E5, prop.36 corolário). É uma lógica que se completa na medida em que Deus é causa de si e a humanidade

é modo desse mesmo Deus. É uma alegria que não pode ser perturbada por afetos externos, pois é gerada pela própria compreensão da ordem necessária. É o caminho para a liberdade plena e a beatitude.

Podemos definir a beatitude como um estado pleno de liberdade, alcançado quando a mente compreende sua essência eterna e a relação que mantém com Deus. Não se trata de uma dádiva sobrenatural, e sim da alegria conquistada pela razão e pela intuição, alegria capaz de superar as paixões tristes: “A beatitude não é o prêmio da virtude, mas a própria virtude” (E5, prop.17, escólio).

A beatitude em Spinoza é defendida por Canto (2018, p.97) como “propósito mesmo da sua filosofia”. Este, portanto, seria o ponto ápice da sua *Ética*. Levando em consideração as explicações sobre a influência das ideias adequadas e inadequadas e os gêneros do conhecimento, podemos afirmar que, se os nossos desejos são baseados em ideias inadequadas, estaremos em um estado de paixão, buscando coisas externas que prometem alegria, mas que nos deixam vulneráveis à tristeza e à servidão. Como já vimos anteriormente, nossa potência de agir será frequentemente diminuída por fatores externos que não compreendemos. Se nossos desejos são guiados por ideias adequadas, estaremos em um estado de ação, buscando o conhecimento e a compreensão que aumentam nossa potência de agir e nos conduzem a uma alegria mais estável e duradoura.

## **4 O CONATUS, O SUICÍDIO E A SOLUÇÃO EM SPINOZA**

Compreendidos os fundamentos da filosofia de Spinoza e sua metafísica monista, a natureza dos atributos e modos, o determinismo, a verdadeira liberdade e a distinção entre ideias adequadas e inadequadas, estamos agora prontos para adentrar no cerne da pesquisa. Este capítulo final explorará a relação intrínseca entre os conceitos de *conatus*, potência de agir e o suicídio; finalmente, apresentará uma possível "solução" ou, mais precisamente, uma compreensão e um caminho de libertação para Spinoza.

### **4.1 O conceito de *conatus* em Spinoza: a essência da perseverança no Ser**

O *conatus* é, sem dúvida, um dos conceitos mais originais da filosofia spinozana. Ele é a pedra angular para entender a dinâmica de toda a existência, da natureza inanimada ao ser humano. Spinoza o define de forma precisa. “Cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser” (E3 prop6). O *conatus* é essência e potência (E3 prop.7). O

homem é *conatus* em essência e potência. O *conatus* é um termo do latim para expressar esforço. Para compreender esse termo à luz da filosofia de Spinoza, fez-se necessária a explicação de um outro termo, o de apetite. Contudo, Chauí (1995, p. 64) nos reforça que “no corpo, o *conatus* se chama apetite; na alma (mente), desejo”.

A partir desses elementos, aparentemente simples, porém tão bem intrincados com outros conceitos, encerra uma profundidade imensa. Desdobremos o que significa o *conatus* de várias formas. Primeiramente, retornando para a (E1 prop.24), temos que Deus é causa de todas as coisas, logo, causa também do *conatus*.

Nesse sentido, o *conatus* não é uma força externa ou uma mera tendência; é a própria essência de cada coisa. De acordo com Chauí (2011, p. 84-85), o *conatus* é “a potência interna de autopreservação na existência que toda a essência singular ou todo ser singular possui porque é expressão da potência infinita da substância”

Isso significa que, para uma coisa ser o que é, ela deve necessariamente esforçar-se por continuar sendo. Um corpo, por exemplo, não para de existir a menos que seja compelido a isso por outro corpo mais potente.

O "perseverar em seu ser" implica manter sua própria existência e sua própria natureza, resistindo a tudo o que possa diminuir ou destruir sua potência de agir. Isso se aplica tanto a modos da extensão (corpos) quanto a modos do pensamento (ideias, mentes).

Como potência (*potentia*), o *conatus* está intrinsecamente ligado à ideia de potência de agir (*potentia agendi*). A essência de uma coisa é sua potência, sua capacidade de afetar e ser afetada, de existir e de se expressar. O *conatus* é esse esforço para manter e, se possível, aumentar essa potência.

O *conatus* manifesta-se sob a consciência como desejo (*appetitus*). Portanto, todo desejo humano é, em sua raiz, uma manifestação do *conatus*, uma busca por perseverar na existência e por aumentar a própria potência de agir. O desejo não é, para Spinoza, a busca de algo que falta, mas a própria essência de nossa busca por mais vida, mais alegria, mais potência.

O *conatus* é, então, uma força imanente, uma tendência inerente e inalienável de cada coisa à sua autopreservação e ao aumento de sua potência de agir. Ninguém pode desejar sua própria destruição de forma direta, pois isso seria uma contradição com sua própria

essência. Com a noção de *conatus* já bem clara, podemos perceber com isso um afastamento total do finalismo, tendo em vista que a essência da existência é perseverar. Nesse sentido, Miranda (2024, p.17). “A ruptura de Spinoza com o finalismo, a partir de sua crítica ao preconceito, à superstição e à ignorância. Logo, este Deus imanente dismantela o edifício teológico, construído sob a égide do Deus criador da tradição teológica.”

Isso significa que o suicídio, compreendido como um ato voluntário e direto de autodestruição motivado por uma "vontade de morrer", é impossível segundo a ontologia de Spinoza.

#### **4.2 O suicídio sob a ótica do *conatus*: uma impossibilidade direta**

Dada a definição de *conatus*, a questão do suicídio em Spinoza se torna um problema intrigante. Se a essência de cada coisa é perseverar em seu ser, como pode um ser humano desejar e, de fato, cometer suicídio?

Para Spinoza, um ato direto e consciente de se destruir seria uma contradição metafísica com o *conatus*. Ele afirma explicitamente. “Ninguém pode desejar para si algo de mal; nem temer, a não ser por uma causa exterior, que pode destruir o seu ser.” (E4 prop.19). Ainda sobre o pensamento de morte, ele nos declara (E4 prop.67) “O homem livre em nada pensa menos do que na morte; e a sua sabedoria não é uma meditação da morte, mas na vida.

E ainda: “Nenhuma coisa pode ser destruída senão por uma causa exterior.” (E3 prop.4). Chegou o momento de esclarecer a influência das causas exteriores, já que, segundo o autor, existe a impossibilidade de uma autodestruição. O que de fato acontece é a superação do *conatus* pela potência dessas causas exteriores (E4 prop.3) “A força em virtude da qual o homem persevera na existência é limitada e é infinitamente superada pela potência das causas externas.”

Sobre forças externas dominantes, Spinoza argumentaria que a pessoa não age por sua própria natureza essencial, o *Conatus*, de forma livre e ativa, mas é compelida por um conjunto de causas externas de ordens sociais, psicológicas e fisiológicas que diminuem sua potência e a levam a um estado de desespero onde a morte parece ser a única "saída" da dor. A pessoa é dominada por um sistema de ideias inadequadas sobre sua situação e sobre as possibilidades de sua vida. O que em Spinoza denominamos servidão humana. A ideologia, num sentido pré-marxista, pode ser compreendida como um sistema de ideias inadequadas, como aquilo que

obscurece a percepção clara, fazendo a imaginação trabalhar contra o *Conatus*, impedindo o acesso à razão.

No prefácio da parte 4 da *Ética*, Spinoza nos oferece uma breve definição de servidão humana: “a impotência humana para regular e refrear os afetos”. Essa servidão possui relação com aqueles que ignoram a razão, isto é, aqueles que não seguem os ditames da Razão.

Como a razão não exige nada que seja contra a natureza, ela exige que cada qual ame a si próprio; que busque o que lhe seja útil, mas efetivamente útil; que deseje tudo aquilo que, efetivamente, conduza o homem a uma maior perfeição; e, mais geralmente, que cada qual se esforce por conservar, tanto quanto está em si, o seu ser. (E4 prop.18 escólio)

A explicação spinozana para o suicídio reside nas afecções passivas (paixões) e no conhecimento inadequado. Quando uma pessoa comete suicídio, não é porque ela deseja a sua destruição *per se*, mas porque está esmagada por um conjunto de paixões tristes como o medo, desespero, melancolia, ódio de si, que são causadas por forças externas e ideias inadequadas. Segundo Deleuze (2009, p. 277), o suicídio, isto é, a ida ao encontro da morte, é o ápice de uma vida de inadequação.

Sobre o suicídio, temos na (E4 prop.18 escólio). “Aqueles que se suicidam são impotentes de espírito e completamente subjugados por causas externas em oposição à sua natureza.”. Nisso, ocorre a diminuição da potência de agir, em que o indivíduo que chega ao ponto de cometer suicídio está em um estado extremo de diminuição de sua potência de agir. Ele é "servido" pelas paixões tristes a tal ponto que a vida se torna insuportável. A "fuga" da vida não é um desejo positivo de aniquilação, mas uma reação à insuportabilidade da dor e da diminuição de sua existência, causada por um excesso de afecções externas que superam sua capacidade interna de resistência.

O conhecimento inadequado faz com que a decisão de suicidar-se não seja uma ação livre e racional no sentido spinozano, mas seja impelida por uma paixão. O indivíduo não compreende adequadamente as causas de seu sofrimento nem as possibilidades de ação. Ele está em um estado de servidão, onde sua mente é um "campo de batalha" para afeições que o diminuem e o empurram para uma ação que parece ser a única forma de cessar a dor, ainda que contradiga seu *conatus* fundamental. O ato de se matar, nesse contexto, seria o resultado de um impulso cego de fuga da dor, e não um desejo autêntico de inexistência.

Assim, o suicídio é uma manifestação extrema de servidão às paixões, em que o *conatus* do indivíduo é tão drasticamente superado por forças externas e por ideias confusas que sua potência de perseverar na alegria e na ação é minimizada a um ponto crítico.

### 4.3 A solução em Spinoza: o caminho para a liberdade e a alegria

Se o suicídio é o resultado de paixões e servidão, a "solução" spinozana não é uma condenação moral como em Kant ou uma denúncia social como em Marx, mas um caminho de libertação individual e intelectual. A chave reside na passagem das ideias inadequadas para as ideias adequadas e no aumento contínuo da potência de agir.

Para tanto, será necessário o conhecimento adequado das paixões. O primeiro passo para a liberdade é compreender as paixões. Em vez de ser passivamente arrastado pela tristeza, pelo medo ou desespero, o indivíduo deve esforçar-se para formar ideias claras e distintas sobre as causas dessas afecções. Quando compreendemos uma paixão "adequadamente", ela deixa de ser uma paixão e se torna uma ação. “Um afeto que é uma paixão cessa de ser uma paixão logo que dele formamos uma ideia clara e distinta.” (E5, prop.) 3) Compreender as causas do sofrimento, tanto internas quanto externas, permite que a mente se torne menos passiva e mais ativa, aumentando sua potência de agir.

Esse aumento da potência de agir (*Conatus*) tem como objetivo ético em Spinoza maximizar a alegria, isto é, a passagem a uma maior perfeição, e minimizar a tristeza, a passagem a uma menor perfeição. Isso se alcança através de ações que emanam da própria natureza do indivíduo, guiadas pela razão. Ao desenvolver ideias adequadas, o indivíduo se torna capaz de agir por sua própria natureza: em vez de ser movido por impulsos externos ou por medos, age de acordo com o que é verdadeiramente benéfico para sua preservação e aperfeiçoamento. Também é capaz de formar afetos ativos em que paixões como o ódio podem ser combatidas pelo amor e pela compreensão.

A verdadeira força está na capacidade de resistir às paixões tristes e potencializar a alegria. Além disso, o perseverar ativamente o *conatus*, quando acompanhado de conhecimento adequado, se manifesta como uma busca ativa por mais conhecimento, mais alegria, mais vida. A vida não é um fardo, mas uma oportunidade de expressar a potência da natureza. “A mente se esforça, na medida em que pode, para imaginar aquelas coisas que aumentam ou favorecem a potência de agir do corpo.” (E4 prop.12)

Na filosofia de Spinoza, a "estética" pode ser lida como a harmonia e a proporção de movimento e repouso do corpo e da mente. A tristeza é uma diminuição dessa harmonia. Argumentamos que o suicídio é o grau máximo de "anti-estética" existencial: a desintegração da forma (corpo) pela invasão de afetos tristes que quebram nossa proporção vital.

Podendo então alcançar o amor intelectual de Deus (*amor Intellectualis Dei*), entendido como o ápice da solução spinozana. Este não é um amor a um Deus transcendente que se possa ofender, mas um amor à própria ordem necessária e perfeita do universo (Deus/Natureza). Quando a mente alcança o conhecimento do terceiro gênero e compreende todas as coisas (*sub specie aeternitatis*) sob a perspectiva da eternidade, ela ama a Deus e, ao mesmo tempo, Deus a ama. Este amor é a própria alegria suprema, uma beatitude que é invulnerável às flutuações da fortuna.

A compreensão de que tudo o que acontece é uma expressão necessária da natureza divina libera o indivíduo do medo, da culpa e da tristeza. O suicídio, neste contexto, perde seu sentido como uma "saída", pois a verdadeira liberdade e a alegria são encontradas na aceitação e na afirmação da existência em sua totalidade.

#### **4.4 Uma breve consideração sobre o Tratado Teológico-Político**

No *Tratado teológico-político (TTP)* encontramos a passagem do pensamento de Espinoza de uma ética conceitual para o estabelecimento ou proposição de um projeto político. A obra tem como objetivo principal aprofundar a dimensão sociopolítica da servidão humana. Nele encontramos o contexto de como a sociedade e o Estado podem, ou não, favorecer o ambiente necessário para a ascensão da razão e da liberdade individual, que seriam estas o antídoto contra a servidão. Será, pois, “A partir do estado em que garantimos a segurança e a liberdade para uns com os outros onde possamos viver sem medo de agir e de pensar.” (GOMES, 2024, p.135).

Servindo também como uma denúncia da forma de opressão política e teológica que instrumentaliza a superstição e o medo. Spinoza argumentará (2003, p.6): “o medo é a causa que origina, conserva e alimenta a superstição”; essas são paixões tristes, que levam à diminuição da potência de agir, o *conatus*, e, em última instância, ao desespero que leva ao suicídio.

O *TTP* reconhece que o Estado é responsável por garantir a paz e a liberdade de pensamento, condições estas que minimizariam as paixões tristes. Ainda defende que a

liberdade não é apenas uma conquista individual, mas também uma necessidade política. Para isso, o Estado ideal precisa ser aquele que não interfira na capacidade de raciocínio, pois o fim do Estado se efetiva verdadeiramente na liberdade (*TTP* cap.20 p.302).

Considerando uma proposta à luz da filosofia ética e política de Spinoza, a depressão e o suicídio são compreendidos como manifestações extremas da servidão humana, em que as causas exteriores superam a potência de agir do indivíduo. No *TTP*, o autor defende a democracia como melhor forma de preservar a liberdade, pois tem como objetivo garantir que a sociedade viva sob o prisma da razão e não pelo jugo do medo e da tristeza. Uma sociedade que falha em oferecer uma estrutura democrática e racional acaba por gerar afetos passivos e doenças sociais; inversamente, um Estado que promova a liberdade e o bem comum estará fortalecendo o *conatus*. Sendo assim, a democracia tal qual Spinoza propôs seria um antídoto para esses males, ao organizar a convivência de modo que o indivíduo não seja esmagado por forças exteriores, transformando a paixão triste em potência coletiva e diminuindo a incidência de patologias causadas pela alienação e opressão.

## 5 CONCLUSÃO: A AFIRMAÇÃO DA VIDA EM SPINOZA

A filosofia de Spinoza oferece uma perspectiva singular sobre o suicídio, que se afasta tanto da condenação moralista quanto da mera denúncia social. Para ele, o suicídio não é um ato de livre-arbítrio, mas uma manifestação extrema da servidão humana às paixões e à ignorância. É a negação da potência do *conatus*, não por um desejo intrínseco de morte, mas por uma avassaladora diminuição da potência de agir causada por fatores externos e um conhecimento inadequado.

O *conatus* então se manifesta como a busca por aperfeiçoamento e conhecimento, aproximando-nos da liberdade. Essa distinção foi vital para o conceito de *conatus*. O desejo (*appetitus*), que é a essência do *conatus* humano, será direcionado e qualificado pela natureza de nossas ideias. A passagem do conhecimento inadequado para o adequado é, para Spinoza, o próprio caminho da libertação humana. É a capacidade de sermos cada vez mais a causa adequada de nós mesmos, o que nos aproxima da natureza divina da qual somos modos.

A solução spinozana é a afirmação da vida através do conhecimento. Ao nos tornarmos mais racionais, ao compreendermos as causas de nossos afetos e ao vermos o universo *sub specie aeternitatis*, aumentamos nossa potência de agir, nos tornamos mais ativos, alcançamos a verdadeira liberdade e experimentamos uma alegria que não pode ser abalada

pelas adversidades. Não é um caminho para evitar a morte, mas para viver plenamente, de forma ativa e afirmativa, até o último instante, compreendendo que a vida, em sua essência, é perseverança e potência.

Ressaltar esta abordagem do *conatus* oferece não apenas uma explicação metafísica para a impossibilidade do suicídio como um ato direto e livre, mas também um imperativo ético: o de buscar o conhecimento e a razão para aumentar nossa potência de agir de vida e superar as paixões tristes que nos levam à servidão e ao desespero. O suicídio é, para Spinoza, um grito de dor de um ser que ainda quer perseverar, mas cuja potência foi esmagada por causas que não compreende. A resposta está, então, na luz do conhecimento e na afirmação radical da vida.

Essa foi a forma que Spinoza encontrou para contrariar definitivamente a visão teológica vigente, ao não reconhecer um juízo final. A beatitude é algo a ser buscada necessariamente, para ser vivida para si e para com os outros; isso é viver uma vida ética. A *Ética* de Spinoza também prepara os alicerces de um projeto político que será desenvolvido no *Tratado teológico-político*. Acreditamos que este será um próximo passo para dar continuidade e aprofundamento a essa pesquisa. Este será, portanto, o caminho que leva ao amor intelectual de Deus (*amor intellectualis Dei*), a forma mais elevada de alegria e liberdade.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, W. Sobre o conceito de suicídio. **Estação Literária**, [S.] l., v. 20, p. 154–174, 2017. DOI: 10.5433/el.2017v20.e31041. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/estacaoliteraria/article/view/31041>. Acesso em: 11 dez. 2023.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. de Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- CAMUS, A. **O mito de Sísifo**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2018.
- CANTO, Rafael Estrela. **Spinoza: o desejo e o sumo bem, de filósofo a sábio**. Argumentos Revista de Filosofia, Fortaleza, ano 10, n. 20, p. 87-99, jul./dez. 2018.
- CHAUI, M. **A Nervura do Real. Imanência e Liberdade em Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Espinosa, uma filosofia da liberdade**. Ed. Moderna, São Paulo, 1995.
- DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- DELEUZE, Gilles. **Espinosa: Filosofia Prática**. São Paulo: Escuta, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978-1981)**. Tradução de Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso, Francisca Evilene Barbosa de Castro, Hélio Rebello Cardoso Júnior e Jefferson Alves de Aquino. 2. ed. Fortaleza: EDUECE, 2009.
- DINUCCI, Aldo. A relação entre virtudes e vícios e paixões boas e más no estoicismo. **Prometheus-Journal of Philosophy**, v. 11, n. 30, 2019.
- \_\_\_\_\_. **As Diatribes de Epicteto**, Livro I. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.
- DURKHEIM, E. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ECO, U. **Como se faz uma tese**. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- GOMES, Carlos Wagner Benevides. **Potência e liberdade no pensamento de Benedictus de Spinoza**. Organizadores: Emanuel Angelo da Rocha Fragoso e João Emiliano de Aquino. Fortaleza – Fortaleza: EdUECE, 2024.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

KANT, Immanuel. **A Metafísica dos Costumes**. Tradução de Edson Bini. Bauru, SP: Edipro, 2003.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MIRANDA, Karine Vieira. **A distinção entre a liberdade ética e a liberdade política em Spinoza**. 2024. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

REPPOLD, Caroline Tozzi et al. Felicidade como produto: Um olhar crítico sobre a ciência da psicologia positiva. **Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment**, v. 18, n. 4, p. 333-342, 2019.

RAMOS, César Augusto. Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 55, p. 61-77, 2014.

SÊNECA, Lúcio Aneu, **Cartas a Lucílio**. 2. ed., Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. Tradução de J. A. Segurado e Campos.

SOUZA, André Luís B. **O Paradoxo da Liberdade na Ética de Baruch de Espinosa**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SPINOZA, B. **Ética**, in Os Pensadores. Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. **Ética** (Edição bilíngue; Latim-Português). Tradução e notas de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. **Tratado da Correção do Intelecto**, in Os Pensadores. Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. **Tratado Teológico-Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TASCA, Mariana Goron, **A boa morte nas Cartas a Lúlio de Sêneca**, dissertação de mestrado em Filosofia na PUC, São Paulo, 2016.